

Entrevista com Conceição Raposo

Síntese Biográfica:

Conceição Raposo é graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Maranhão, UFMA, Mestre em Educação pela Fundação Getúlio Vargas /RJ e Doutora em Ciências Humanas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Secretária de Educação do Estado do Maranhão (1900-1901), Pró-reitora de Graduação da Universidade Federal do Maranhão, Assessora do Ministério da Educação – MEC e Consultora da Universidade Estadual do Maranhão.

Outros Tempos – Fale-nos de sua trajetória de vida até o Golpe Militar de 1964.

Em 1964, eu tinha apenas 16 anos, portanto pouca trajetória de vida temporal. Contudo, essa trajetória foi muito intensa em razão das oportunidades ofertadas a uma parcela da geração jovem daquela época, na qual me incluo. Contribuí também para tal intensidade, a opção assumida em participar ativamente dos movimentos e lutas pelas mudanças estruturais que se faziam e ainda fazem necessárias para a construção de uma sociedade justa e democrática. Entre esses movimentos, poderia citar minha atuação como membro do Grêmio Escolar e da Juventude Estudantil Católica – JEC. Paralelamente também promovia ações de voluntariado junto às populações carentes. Minha mãe, por sua tradição católica familiar, foi uma importante incentivadora desta ativa inserção social na minha juventude. No entanto, o percurso posterior que fiz, com todos os riscos assumidos e que só podem ser entendidos no contexto histórico daquele período, é de minha inteira responsabilidade.

OT – Onde estava e o que fazia a Sra. quando ocorreu o Golpe Militar de 1964?

Estava em São Luís, participando de um treinamento para trabalhar no Movimento de Educação de Base – MEB. Movimento esse organizado pela Igreja Católica, cujas atividades eram desenvolvidas pelo laicato e tinham como objetivo a alfabetização e a “conscientização” de adultos no Nordeste por meio de escolas radiofônicas. Informo que aí está a razão da instalação das Rádios Educadoras no Nordeste e esclareço que, em razão do atraso da instalação da Rádio do Maranhão, o trabalho do MEB direcionou-se para a organização de sindicatos de camponeses, paralelamente aos trabalhos desenvolvidos pela Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão - Atam. As divergências entre os sindicatos de orientação católica e os da Atam vinculados ao Partido Comunista são analisadas na minha tese de Mestrado, publicada em 1985, com o título “O Movimento de Educação de Base MEB: discurso e prática.”

OT – Fale-nos do Golpe Militar no Maranhão.

O contexto social, não apenas do Maranhão e do Brasil, mas de quase todos os países da América Latina, era de muita tensão. Parte dos estudantes, dos intelectuais e dos operários, e, no nosso Estado, mais especificamente, dos camponeses, se mostrava disposta ao enfrentamento de uma luta que acreditávamos se caracterizar como pré-revolucionária numa perspectiva socialista. Mas, de fato, ninguém tinha a dimensão exata de que tal luta envolveria uma correlação de forças extremamente desigual. As elites dominantes, tanto quanto as atuais, dispunham de todo o “Aparelho Repressor” do Estado, o qual foi utilizado indiscriminadamente em favor da manutenção da ordem estabelecida que as privilegiava.

OT – Fale-nos de sua militância política e de sua participação contra o Regime instalado em 1964?

Até 1970, estive mais vinculada ao movimento camponês nos municípios de Pirapemas, Viana e Pindaré onde os conflitos entre grileiros e posseiros se agravavam. Daí em diante, como “área próxima” dava o apoio necessário e possível a militantes políticos que já se encontravam na clandestinidade.

OT – Sabemos que a Sra. precisou sair do Brasil para preservar sua vida. Nos fale dessa experiência. Como é viver como um refugiado político?

Realmente não fui uma refugiada política. O MEB do Maranhão foi o primeiro a ser compelido a encerrar suas atividades e sua equipe, pela experiência que possuía na zona rural, foi convidada para implementar o Projeto “João de Barro” da Secretaria de Educação do Estado. Mesmo assim, parte dessa equipe continuou vinculada, de algum modo, aos partidos políticos clandestinos que atuavam no Maranhão.

Prevendo que, provavelmente, minha situação se complicaria, caso aqui permanecesse, pois já tinha sido intimidada pela Polícia Federal a comparecer a uma audiência e ciente do monitoramento feito por esse órgão, fui compelida a trancar minha matrícula na Universidade Federal do Maranhão e deslocar-me, temporariamente, para o México, onde fui abrigada em uma instituição que dava apoio a perseguidos políticos. Lá convivi com jovens de quase toda a América Latina que se encontravam na mesma situação em razão das ditaduras que também se implantaram em seus países. Foi uma experiência dolorosa, sofrida, na qual a distância, o isolamento, a insegurança a dificuldade e o perigo de comunicação peculiar naquela época, associados a uma sensação de impotência, culminavam com uma melancolia que doía na “alma”.

OT – Quando a Sra. voltou ao Maranhão? Profissionalmente o que a Sra. foi fazer?

Trabalhei normalmente como Chefe do Setor Educacional da Comissão Permanente de Transferência de Populações. Enquanto o regime continuava recrudescendo, minha participação, como antes, continuou clandestina sob ameaça de perigos constantes. Tudo isso impulsionado pelo destemor, característico da juventude, que se agiganta de modo imponderável quando se tem ideais e se luta apaixonadamente por eles.

OT – Houve perseguição na sua volta? No sentido de encontrar emprego e poder exercer suas funções livremente?

De imediato não, como disse, retornei ao meu trabalho, mas logo fui demitida. Passei um período desempregada e tive o auxílio de uma amiga para a consecução de outro emprego, sempre no âmbito da educação.

Quanto ao exercício de funções livremente, é preciso esclarecer que, naquele período, com exceção dos militantes que já se encontravam totalmente na clandestinidade, os demais militantes exerciam suas atividades profissionais normalmente, enquanto clandestinamente exerciam suas atividades políticas. Somente a partir do início da “abertura” começamos, mesmo com precauções, a nos fazer presentes em manifestações públicas.

OT – A Sra. viveu a experiência de dirigir em um determinado momento a Secretaria de Educação do Maranhão, discorra sobre esse período.

Fui secretária de educação a convite do então governador do Estado, mesmo tendo feito campanha publicamente para a candidata da oposição. Após relutar, aceitei o convite e permaneci no cargo por um período muito curto, menos de um ano. Exerci o cargo com a competência e seriedade devidas, mas, como esses não eram talvez os requisitos suficientes para o exercício do poder no Maranhão, fui demitida. Registre-se oportunamente que, no dia seguinte à minha demissão, fui convidada pelo Ministro Goldenberg, um dos mais sérios e competentes físicos do Brasil, para assessorá-lo no Ministério da Educação, em Brasília, com quem trabalhei durante sua gestão.

Como marco desta minha curta atuação, frente à Secretaria de Estado da Educação, assinalo que iniciei ali o processo de qualificação dos professores em nível superior, processo esse que culminaria, posteriormente, com o Programa de Capacitação de Docentes – PROCAD, implementado pela UEMA. Tomei tal iniciativa em razão do

grande número de professores da rede pública, naquela época, possuir formação apenas de nível médio.

OT – Quais as maiores dificuldades encontradas pela Sra.?

Promover as reestruturações necessárias para que a Seduc cumprisse a sua função de universalizar e garantir uma educação de qualidade aos jovens e crianças maranhenses e assegurar a realização de concurso público para o ingresso na Carreira do Magistério, esclarecendo que, até então, o preenchimento dos cargos de docentes era efetuado por meio de indicação política.

OT – A Sra. hoje tem alguma militância política partidária?

Não, embora já tenha participado de inúmeras campanhas de candidatos que me pareciam capazes de contribuir para a efetivação das mudanças necessárias à melhoria das condições de vida da população maranhense e brasileira como um todo.

OT – Passados meio século do Golpe Militar, qual sua impressão do Brasil e especialmente do Maranhão?

Tenho certeza que, tanto quanto antes do golpe militar de 1964, são necessárias e urgentes mudanças estruturais no Maranhão e em todo o país, pois a maioria dos maranhenses e brasileiros continua sem seus direitos básicos garantidos. Tal fato, agravado por uma urbanização desordenada, pode ser constatado nos indicadores sociais do âmbito da educação, saúde, segurança, habitação, saneamento, preservação do meio ambiente etc.

Obs. Deixo aqui registrada minha dificuldade em relatar fatos que evocam esse período histórico conturbado, no qual muitos jovens, e alguns próximos a mim, foram presos, sofreram torturas ou morreram na luta pela construção de um Brasil melhor.